CONTRATO Nº 01.2206/2026

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A **CÂMARA MUNICIPAL DE VERA MENDES** E A EMPRESA **LUIS DE OLIVEIRA SILVA.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VERA MENDES , ESTADO DO PIAUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF 10.574.320/0001-09 com sede na na Rua Teodoro da Silva, S/N, bairro Centro, Vera Mendes, Estado do PIAUÍ, neste ato Representada pelo Presidente o Sr. Luis Abreu Filho, inscrito(a) no CPF sob nº 552.853.093-87, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **LUIS DE OLIVEIRA SILVA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.521.579/0001-87, sediada na Rua Franciso Tenor, nº 186, Centro, Isaías Coelho-PI, CEP: 64.570-000, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Luis de Oliveira Silva, portador do CPF nº 284.888.748-63, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes deste Termo de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes das Lei Federal nº Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa Eletrônican° 007/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de material de higiene pessoal, limpeza, descartáveis e material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades institucionais desenvolvidas no âmbito da câmara municipal de Vera Mendes-PI**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; O Aviso de Contratação Direta; A Proposta da contratada; e os Eventuais anexos dos documentos supracitados.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO MURIATICO PARA LIMPEZA PESADA 1C/12 UNIDADES.	CX	1	R$ 50,00	R$ 50,00
2	ÁGUA SANITÁRIA EMBALAGEM COM 1 LITRO. COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR DE CLORO ATIVO 2% A 2,5% P/P. PODERÁ CONTER APENAS HIDRÓXIDO DE SÓDIO OU CÁLCIO, CLORETO DE SÓDIO OU CÁLCIO E CARBONATO DE SÓDIO OU CÁLCIO COMO ESTABILIZANTE. TIPO COMUM. 1C/12 UNIDADES.	CX	12	R$ 35,00	R$ 420,00

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

3	DESINFETANTE ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, APLICAÇÃO GERMICIDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FLORAL, COMPOSIÇÃO CLORETO ALQUIL, DIMETIL AMÔNIO, FORMALDEÍDO, CORANTE, TIPO USO DESINFECÇÃO PISOS, COZINHA, BANHEIROS E CORREDORES, COM MAIOR CONCENTRAÇÃO PARA COMBATER GERMES E BACTÉRIAS, CAPACIDADE 1L C/12 UNIDADES.	CX	12	R$ 35,00	R$ 420,00
4	DESODORIZADOR SANITÁRIO, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, COM HASTE PARA FIXAÇÃO.	UND	170	R$ 1,70	R$ 289,00
5	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LAVAR LOUÇAS, COM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE SULFONATO DE ALQUIBENZENO LINEAR, EMBALAGEM 500ML C/24 UNIDADES.	CX	3	R$ 42,00	R$ 126,00
6	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM CABO PLÁSTICO E CERDAS SINTÉTICAS, COM SUPORTE C/12 UNIDADES.	CX	12	R$ 7,35	R$ 88,20
7	ESPONJA DE LIMPEZA, MATERIAL LÃ DE AÇO, FORMATO ANATÔMICO, ABRASIVIDADE.	PC	50	R$ 1,39	R$ 69,50
8	ESPONJA DE LOUÇA POLIURETANO, DUPLA FACE, MEDIDA MÍNIMA 12X70X28MM.	UND	20	R$ 0,85	R$ 17,00
9	FLANELA 40X40CM.	UND	8	R$ 2,99	R$ 23,92
10	INSETICIDA AEROSSOL, INODORO, À BASE DE ÁGUA, PARA MOSCAS, MOSQUITOS E BARATAS, 300ML.	UND	5	R$ 10,89	R$ 54,45
11	LIMPA ALUMÍNIO LÍQUIDO, FRASCO 500ML.	UND	10	R$ 1,99	R$ 19,90

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

12	LIMPADOR DE PISO PARA CERÂMICAS, AZULEJOS E REJUNTES, FRASCO 1L.	UND	20	R$ 6,39	R$ 127,80
13	LIMPADOR DE USO GERAL (MULTIUSO) 500ML.	UND	10	R$ 2,99	R$ 29,90
14	LIMPA VIDROS COM GATILHO 500ML.	UND	20	R$ 5,83	R$ 116,60
15	LIMPA VIDROS REFIL 500ML.	UND	96	R$ 4,78	R$ 458,88
16	PALHA DE AÇO Nº 01, PACOTE 25G.	UND	30	R$ 1,99	R$ 59,70
17	PANO DE PRATO BRANCO 40X60CM, 100% ALGODÃO.	UND	10	R$ 4,50	R$ 45,00
18	PANO PARA CHÃO TIPO SACO 60X80CM.	UND	20	R$ 6,50	R$ 130,00
19	PÁ PARA LIXO PLÁSTICA 19X19CM.	UND	24	R$ 4,99	R$ 119,76
20	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO 30M, FARDO COM 12 UNIDADES.	FD	500	R$ 7,49	R$ 3.745,00
21	PILHA ALCALINA AA – PAR.	UND	50	R$ 5,99	R$ 299,50
22	PILHA ALCALINA AAA – PAR.	UND	30	R$ 6,50	R$ 195,00
23	PREGADOR DE ROUPAS PLÁSTICO, EMBALAGEM COM 12 UNIDADES.	DZ	2	R$ 4,99	R$ 9,98
24	PURIFICADOR DE AR AEROSSOL 360ML.	UND	25	R$ 10,20	R$ 255,00
25	REGULADOR PARA GÁS DE COZINHA COM MANGUEIRA.	UND	2	R$ 46,33	R$ 92,66
26	RODO 30CM COM BORRACHA DUPLA, CABO METAL 1,50M.	UND	5	R$ 7,15	R$ 35,75
27	SABÃO EM BARRA 200G, PACOTE COM 5 UNIDADES.	CX	5	R$ 67,88	R$ 339,40
28	SABÃO EM PÓ 500G.	UND	150	R$ 3,59	R$ 538,50
29	SACO DE LIXO 100L REFORÇADO, PCT COM 5 UNIDADES.	PC	50	R$ 2,99	R$ 149,50
30	SACO DE LIXO 30L REFORÇADO.	PC	360	R$ 2,99	R$ 1.076,40
31	VASSOURA CEPA MADEIRA 30CM, CABO METAL 1,40M.	UND	5	R$ 12,10	R$ 60,50
32	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO, PCT 50 UNIDADES.	UND	10	R$ 3,63	R$ 36,30

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

33	COLHER DESCARTÁVEL PARA SOBREMESA, PCT 50 UNIDADES.	UND	10	R$ 3,30	R$ 33,00
34	COPO DESCARTÁVEL 50ML, CAIXA COM 50 PACOTES DE 100 UNIDADES.	CX	2	R$ 110,00	R$ 220,00
35	COPO DESCARTÁVEL 200ML, CAIXA COM 50 PACOTES DE 100 UNIDADES.	CX	4	R$ 126,58	R$ 506,32
36	GUARDANAPO BRANCO 22X23CM, 2 DOBRAS.	PC	20	R$ 2,49	R$ 49,80
37	PAPEL FILME PVC 300M X 29CM.	UND	10	R$ 5,95	R$ 59,50
38	PAPEL TOALHA ROLO, PACOTE COM 2 ROLOS.	PC	20	R$ 3,99	R$ 79,80
39	PRATO DESCARTÁVEL FUNDO PCT C/10 UNIDADES.	UND	100	R$ 4,19	R$ 419,00
40	TAPETE SIMPLES PADRÃO.	UND	20	R$ 13,99	R$ 279,80
41	SABONETE LÍQUIDO 1L.	UND	20	R$ 11,98	R$ 239,60
42	LIXEIRA PLÁSTICA 30 LITROS COM PEDAL.	UND	20	R$ 65,98	R$ 1.319,60
43	ÁLCOOL 70%.	UND	10	R$ 8,65	R$ 86,50
44	BACIA PLÁSTICA GRANDE	UND	2	R$ 39,78	R$ 79,56
45	BACIA PLÁSTICA MEDIA	UND	3	R$ 23,01	R$ 69,03
46	BACIA PLÁSTICA PEQUENA	UND	10	R$ 13,36	R$ 133,60
47	BALDE DE PLÁSTICO 15 LTS	UND	5	R$ 15,72	R$ 78,60
48	BALDE DE PLÁSTICO 20 LTS	UND	2	R$ 17,06	R$ 34,12
49	BANDEJA ACO INOXIDAVEL COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 40CMX26,5CM	UND	3	R$ 37,88	R$ 113,64
50	COLHER, EM INOX, GRANDE, 48CM.	UND	30	R$ 19,99	R$ 599,70
51	COLHER PAU MATERIAL MADEIRA TAMANHO PEQUENOCOMPRIMENTO 35 CM	UND	3	R$ 10,99	R$ 32,97
52	COLHER EM INOX PARA PREPARO DE ARROZ 32 CM	UND	3	R$ 15,99	R$ 47,97
53	COPO DE VIDRO CONJUNTO COM 06	UND	5	R$ 25,04	R$ 125,20
54	FACA - PARA CORTE DE VEGETAIS, EM AÇO INOXIDÁVEL, PARA FATIAR E PICAR, LINHA	UND	2	R$ 34,80	R$ 69,60

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

	ULTRACORTE, COM CABO EM POLIPROPILENO. LARGURA DA LÂMINA SUPERIOR AO CABO. TAMANHO 30 CM.				
55	FACA - PARA CORTE DE CARNES, 12´´, EM AÇO INOXIDÁVEL, LINHA PROFISSIONAL, COM CABO EM POLIPROPILENO. COM LARGURA SUPERIOR AO CABO.	UND	2	R$ 45,90	R$ 91,80
56	FACA - PARA COZINHA, EM AÇO INOXIDÁVEL, LINHA ULTRACORTE, COM CABO EM POLIPROPILENO, TAMANHO 28 CM.	UND	2	R$ 24,50	R$ 49,00
57	GARFO EM INOX	UND	30	R$ 4,99	R$ 149,70
58	GARRAFA DE CAFÉ 1 LITRO	UND	3	R$ 29,99	R$ 89,97
59	JARRA DE PLÁSTICO P/SUCO 2L C/ TAMPA	UND	2	R$ 22,99	R$ 45,98
60	PRATO DE VIDRO	UND	20	R$ 5,50	R$ 110,00
61	XÍCARA COM PIRES CONJUNTO COM 6	CJ	2	R$ 27,50	R$ 55,00
62	TAÇA PARA ÁGUA	UND	12	R$ 4,99	R$ 59,88
63	TOALHA DE ROSTO - MATERIAL LINHA DIAMANTE, 100% ALGODÃO, COR VERDE, COMPRIMENTO 80 CM, LARGURA 48 CM	UND	10	R$ 23,96	R$ 239,60
64	Isqueiro a gás, descartável, material plástico, acendimento automático (tipo faísca), com selo de certificação do Inmetro, cor variada, alta qualidade, capacidade mínima de 2.000 ignições.	UND	6	R$ 3,95	R$ 23,70
65	FILTRO COADOR PERMANENTE P/CAFÉ E CHÁ	UND	10	R$ 2,00	R$ 20,00
66	FILTRO COADOR DE PANO P/ CAFÉ TRADICIONAL	UND	10	R$ 2,99	R$ 29,90
VALOR TOTAL DOS ITENS				**R$ 15.140,54 (quinze mil, cento e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos).**	

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será até 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O fornecimento do objeto observará as condições, especificações técnicas, prazos de entrega, critérios de recebimento e demais disposições constantes do Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 15.140,54 (quinze mil, cento e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA- PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento a contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SETIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.5. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.3. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta dias) úteis.

8.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar a contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2. Quando Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF,

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;
b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas);
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.5. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
9.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.2.4. Multa: A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:
a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
11.2.4.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
11.2.4.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.
11.2.4.3. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.
11.2.4.4. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.
11.2.4.5. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
11.9. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

readequação do cronograma fixado para o contrato.
12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.
12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
TIPO	**CÓD.**	**DESCRIÇÃO**
FICHA	10	
U.O	01.01.00	CAMARA MUNICIPAL
FUNÇÃO DE GOVERNO	1	LEGISLATIVA
SUBFUNÇÃO DE GOVERNO	31	AÇÃO LEGISLATIVA

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

PROGRAMA DE GOV.	1	PROCESSO LEGISLATIVO
PROJETO/ATIVIDADE	2001	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA CAMARA MUNICIPAL
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSO	500	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
FONTE DE RECURSO		

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
15.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.
15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa
16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
16.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
16.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
16.6. O presente contrato poderá ser ajustado ou adequado quanto aos procedimentos de tratamento de dados pessoais sempre que necessário para garantir a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), observadas as orientações, recomendações ou determinações

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ou por outros órgãos competentes de controle.

16.7. Considerando que os equipamentos objeto da presente contratação poderá ser utilizados em sistemas que realizem identificação biométrica ou tratamento de dados pessoais, a contratada deverá assegurar que os dispositivos fornecidos atendam a requisitos mínimos de segurança da informação e proteção de dados, compatíveis com as normas vigentes e com a Lei nº 13.709/2018 - LGPD.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCUMA OITAVA CONDIÇÕES GERAIS

18.1. Em conformidade com a Lei Municipal 306/2024 de 27 de novembro de 2024 e o Decreto 0046/2024 de 2 de dezembro de 2024, que determinam a obrigatoriedade de assinaturas digitais para todos os atos relacionados ao presente processo licitatório.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itainópolis-Piauí, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vera Mendes-PI, 22 de junho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
LUIS DE OLIVEIRA SILVA
Data: 23/06/2026 18:37:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LUIS ABREU FILHO
Representante legal da
CONTRATANTE

LUIS DE OLIVEIRA SILVA
CNPJ nº 07.521.579/0001-87

Documento oficial! Verifique a autenticidade e a integridade em: https://app.0paper.com.br/validar

MANIFESTO

Este documento foi assinado digitalmente, assegurando sua autenticidade, integridade e validade jurídica. As assinaturas eletrônicas aqui registradas possuem equivalência legal à assinatura manuscrita, conforme estabelecido pela Lei nº 14.063/2020, que regulamenta o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, e pela Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Os atos praticados por meio digital atendem aos princípios de transparência e eficiência da administração pública, conforme estabelecido pela Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).

Proteção contra fraudes: A assinatura digital funciona como um selo de segurança eletrônico. Qualquer alteração no conteúdo do documento invalida automaticamente a assinatura, permitindo que ferramentas de verificação detectem imediatamente tentativas de adulteração.

Garantia de originalidade: A assinatura digital assegura que o documento apresentado é exatamente o mesmo que foi assinado pelos responsáveis, oferecendo uma camada adicional de confiança e transparência nas relações com a administração pública.

VERIFICAÇÃO E ACESSO	
Validar Assinatura	https://app.0paper.com.br/validar
Download Original	https://app.0paper.com.br/organization/13/original-document-download?code=7e28deacf5c6ae6eea3ef6af50383cab284a8c8f0daf1095ed0c567a715839bf
Código de Acesso	7e28deacf5c6ae6eea3ef6af50383cab284a8c8f0daf1095ed0c567a715839bf

ASSINATURAS DIGITAIS

Luis Abreu Filho, 552.*.***-87**
Assinou o anexo em 30/06/2026 às 10:28, com um certificado 0Paper